

Quando o ataque é a melhor defesa: interrogatórios políticos da Oban e do DOI-CODI*

When the attack is the best defense: Political interrogations of de Oban and DOI-CODI

*Mariana Joffily***

RESUMO

Nos anos 1960 e 1970, no Brasil, as Forças Armadas envolveram-se na repressão política sob inspiração da doutrina de Segurança Nacional e do pensamento militar francês sobre a Guerra Revolucionária. Segundo essas teorias, o novo tipo de guerra, que combinava operações bélicas e propaganda política, exigia não apenas um firme combate das Forças Armadas e da polícia, como o pleno conhecimento das técnicas e táticas do inimigo, o que se fazia por meio de rigoroso controle de informações. Grande parte dessas informações foi obtida através de interrogatórios, sob tortura, de presos políticos. A problemática desse artigo gira em torno dos temas desses interrogatórios, bem como do uso provável dos dados recolhidos. Pode-se dizer, grosso modo, que serviram em três frentes de atuação: localizar o inimigo, conhecer a estrutura e *modus operandi* de suas organizações e avaliar o grau de envolvimento dos militantes em atividades de cunho político.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar, DOI-CODI, órgãos repressivos, polícia política, interrogatórios; Brasil.

ABSTRACT

In the 60s and 70s in Brazil, the Armed Forces were involved in the political repression under the inspiration of the National Security doctrine and the French military thought about Revolutionary War. According to these theories, this new kind of war, which combined military operations and political propaganda, required a strong intervention of the armed forces and the police, as well as the full knowledge of the techniques and tactics of the enemy, which was done by means of a strict information control. Much of this information was obtained through interrogation under torture of political prisoners. This article is about the themes of these interrogations, and the likely use of the collected information. Broadly, they were used in three fronts: Finding the enemy, knowing the structure and procedures of their organizations, and evaluating the militants' degree of involvement in political activities.

KEYWORDS: military dictatorship, DOI-CODI; repressive organs; political police; interrogatories; Brazil.

O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do Destacamento de Operações de Informações (DOI), em seu livro de memórias, faz uma descrição do “inimigo” que traz os elementos centrais da repressão política dos anos 1960 e 1970:

* Este artigo foi adaptado de um capítulo de minha tese de doutorado (2008), cuja pesquisa contou com financiamento do CNPq.

** Doutora em História pela Universidade de São Paulo (UPS), Pós-doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina e Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) / Brasil.

Dentro desse contexto ele milita no âmbito de uma organização clandestina; é preparado ideologicamente; recebe recursos materiais de uma potência estrangeira; é aperfeiçoado em cursos nesses países interessados em apoiar essa Guerra; recebe nomes falsos e codinomes; vive na mais absoluta clandestinidade; possui mecanismos de segurança extremamente eficientes, onde a compartimentação o isola da maioria dos seus companheiros; vive infiltrado no seio da população; não usa uniformes; ataca sempre de surpresa; seqüestra, mata, assalta e rouba em nome do seu ideal revolucionário; vive em “aparelhos”; combate no seio da sociedade que pretende destruir; vive a soldo de uma Organização para a qual dedica todos os seus dias. (USTRA, 1987: 157).

Neste trecho delinea-se a forma de atuação do oponente que, no entender do ex-chefe do DOI, implicava em uma necessidade de adaptação das Forças Armadas e de reformulação das ações de combate sempre que necessário, em função da experiência empírica e dos métodos desenvolvidos pelas organizações guerrilheiras. No retrato traçado encontra-se implícita a teoria, de inspiração francesa, da guerra revolucionária, pensamento militar norteador do combate aos grupos de esquerda. Segundo essa teoria, o novo tipo de guerra – que combinava operações bélicas e ideologia, ações concretas e propaganda política – exigia não apenas um firme combate das forças policiais e armadas, como o pleno conhecimento das técnicas e táticas do adversário, o que se fazia por meio de um poderoso sistema de controle de informações. (MARTINS FILHO, 2009).

Desde o início do regime militar houve uma ênfase importante na repressão política, traduzida pela sucessão de leis cujo caráter de controle social acentuava-se a cada nova formulação.¹ Um dos aspectos mais relevantes da legislação repressiva dizia respeito à noção de crime político, que, ao contrário do crime comum, cujos delitos atentavam contra a ordem pública, afetariam a segurança nacional. A diferenciação baseava-se nas razões que levavam o indivíduo a praticar o crime: caso os motivos fossem de ordem política, então o delito teria essa mesma natureza. (SILVA, 2007: 248). Durante a ditadura militar (1964-1985), o crime político assumiu uma importância desmesurada e, conseqüentemente, o “criminoso político” recebeu um tratamento extremamente rigoroso por ser considerado não apenas como inimigo interno, mas por ter se convertido no principal inimigo da nação. (SILVA, 2007: 269). Tal fenômeno deu-se como conseqüência da concepção estabelecida pela

¹ Foram várias as iniciativas no sentido de criar uma estrutura de leis que amparasse a nova institucionalidade: os Atos Institucionais, a Constituição de 1967, as Leis de Segurança Nacional, o Código Penal Militar e o Código do Processo Penal Militar.

Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual o Estado ocidental precisava ser protegido da ameaça do comunismo, e, para tanto, sentia-se como necessária a supressão de determinados direitos civis. (ALVES, 2005; COMBLIN, 1978; OLIVEIRA, 1976).

Com o objetivo de enfrentar o que era considerado uma grande ameaça, foi constituída uma rede de órgãos coercitivos, que, ao lado da reformulação de estruturas já existentes, compôs um vasto esquema de informações e de segurança.² Sua arquitetura deveu-se, em grande parte, aos oficiais que logo após o golpe de 1964, defendendo um controle social mais estrito sobre as opiniões dissidentes, instauraram uma série de inquéritos policial-militares (IPM) e procederam ao expurgo de diversos setores da sociedade brasileira: Forças Armadas, administração pública, sindicatos. (FICO, 2001: 150).

Dentro do sistema repressivo, as Forças Armadas e, em especial o Exército, possuíam um papel preponderante, de coordenação e execução da repressão política. A estratégia centrava-se na coleta de informações, consubstanciada, em grande medida, na prisão e interrogatório sob tortura dos suspeitos de atividade “subversiva”. A literatura existente sobre a ditadura militar, ao abordar o sistema repressivo, concentra-se preferencialmente em sua estrutura (FICO, 2001; GASPARI, 2002; ALVES, 2005) e nos discursos dos militares (D’ARAÚJO et al., 1994b; HUGGINS, 1998; MARTINS FILHO, 2009). A contribuição desse artigo consiste em explorar um dos pontos centrais da atividade da repressão política, os interrogatórios de militantes de esquerda. Sua análise constitui em uma fonte privilegiada para a compreensão dos meandros do funcionamento dos órgãos coercitivos e do ponto de vista dos agentes da repressão política.

A problemática desse artigo gira em torno das áreas de interesse dos órgãos repressivos, bem como do uso provável das informações recolhidas, no que diz respeito às organizações de esquerda. O corpus documental aqui tratado³ resume-se aos interrogatórios da Operação Bandeirante e ao DOI de

² A necessidade de poder contar com um órgão que agisse de maneira dinâmica e coordenada para combater os inimigos do regime militar, particularmente as organizações de guerrilha urbana, foi sentida de forma aguda num episódio que representou uma profunda desonra para o Exército: a deserção do capitão Carlos Lamarca do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna; e o roubo concomitante de armas e munições da Companhia, em 25 de janeiro de 1969. (JOFFILY, 2008a: 27).

³ A documentação pesquisada provém do Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9. Para facilitar as citações, mencionarei apenas o código do dossiê “50-Z-9”, seguido do número da pasta e do número do documento, além da folha, quando for o caso. Os

São Paulo,⁴ embora várias das considerações e conclusões tiradas do estudo dessas fontes possam muito provavelmente ser generalizadas a outras regiões do país. O recorte documental centra-se nas inquirições direcionadas ao combate às organizações de esquerda, dentro de um intervalo de tempo que abrange os anos passados entre 1969 e 1974.⁵ Os temas dos interrogatórios permitem que se compreenda qual era o eixo das preocupações da repressão política e esse será nosso fio condutor. Antes de passar a essa matéria, entretanto, convém descrever rapidamente a constituição dos órgãos que geraram os interrogatórios de presos políticos aqui analisados.

A Oban e o DOI-CODI

Em julho de 1969, foi criada a Operação Bandeirante (Oban). O processo foi dirigido pelo recém empossado comandante do II Exército, o general José Canavarro Pereira, cujo chefe de Estado-Maior era o general Ernani Ayrosa da Silva. Também desempenharam um papel proeminente o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva e o general Carlos de Meira Mattos, chefe da Inspeção Geral das Polícias Militares, que orientaram o I Seminário de Segurança Interna, em Brasília, em fevereiro de 1969. Personalidades do mundo das finanças, como Antonio Delfim Neto, futuro ministro da Economia, e Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo, deram grande contribuição com a coleta de fundos para o financiamento da empreitada, junto a empresários e industriais de São Paulo. Personalidades políticas de São Paulo também cooperaram para o empreendimento, através de facilidades como obras na região onde ficava a sede, iluminação da rua, etc. Outras empresas participaram por meio de empréstimo de carros, fornecimento de alimentos e outros tipos de auxílio.⁶ O órgão reuniu elementos provenientes das três Forças Armadas

documentos da época apresentam inúmeros erros de datilografia, ortografia, pontuação e gramática, além de seguirem normas gramaticais anteriores à reforma ortográfica de 1971. Procuro reproduzir exatamente a grafia do texto, inclusive o uso das maiúsculas e das aspas, quando aparecem.

⁴ São Paulo foi a cidade escolhida por ter sido a sede da Operação Bandeirante e por ser considerada na época a grande capital da “subversão” no país. (FON, 1979: 16).

⁵ O período posterior a 1974 foi dedicado à destruição dos partidos de esquerda. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986) Para a mudança dos alvos e temas dos interrogatórios, ver Joffily (2008a), e respeito dos interrogatórios de indivíduos não ligados a atividades políticas, ver Joffily (2008b).

⁶ Para mais detalhes sobre a contribuição financeira destes setores, ver Joffily (2008a: 30-32).

(Exército, Marinha e Aeronáutica), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Departamento da Polícia Federal (DPF) e da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Militar e Polícia Civil).⁷ A Oban não foi legalmente oficializada. Seu comando coube ao Exército (–), na pessoa do coronel Antônio Lepiane, chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria (–), que fez da Oban o meio de entrada, em grande escala, das Forças Armadas em operações de ordem policial, especializadas na repressão política. A chefia da Coordenação de Execução, núcleo de operações de busca, prisão e interrogatório dos presos políticos foi concedida ao major Waldyr Coelho, chefe da seção de informações do Estado-Maior da 2ª Divisão do Exército.

Sua missão consistia em “identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército,⁸ particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam”.⁹ A constituição do novo órgão repressivo deu-se sob o signo da ambigüidade. Fundado em ato que contou com a presença de importantes autoridades civis e militares, não foi institucionalizado formal e juridicamente, mas por meio de um conjunto de medidas administrativas internas. Objetivando coordenar o combate contra a “subversão”, entrava com frequência em conflito com outras forças coercitivas. Embora fosse diretamente comandado pelo Exército, exercia funções de polícia política.¹⁰

Dentro da comunidade de informações a Operação Bandeirante desempenhava um papel preponderante, por conjugar coleta de informações com ação direta. Nesse sentido, era um órgão “misto”.¹¹ As informações constituíam um ponto privilegiado na estratégia de combate à esquerda armada.

⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16.084, fl.12.

⁸ Atual Comando Regional do Sudeste, divisão administrativa do Exército que tem como sede central o estado de São Paulo. O II Exército abrangia os estados de São Paulo e Mato Grosso, que seria desmembrado em 1979.

⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16084, fl. 5.

¹⁰ Adoto a definição elaborada por Marília Xavier: “O termo ‘polícia política’ tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ‘ordem e a segurança pública’”. (XAVIER, 1993: 33).

¹¹ Partilho da distinção efetuada por Carlos Fico entre órgãos de informação, responsáveis pela coleta, análise e difusão de dados, e órgãos mistos, que combinavam operações de informação e de repressão. (FICO, 2001: 92).

Como afirma o então tenente-coronel Waldyr Coelho, logo na introdução de sua conferência sobre a “subversão” em São Paulo, “A doutrina militar ensina que somente o Chefe bem informado pode chegar a decisões oportunas e adequadas e, também, guardar-se contra qualquer surpresa intentada pela facção antagônica”.¹²

Após um ano de funcionamento do órgão repressivo paulista, com resultados considerados bastante satisfatórios, os idealizadores da Oban, apoiados pela alta cúpula do Exército, decidiram ampliar seu escopo, disseminando um modelo semelhante em todo o país, na figura do Destacamento de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Alguns autores (MARTINS FILHO, 2009; SILVA, 2007) lembram o fato de que, entre a criação da Operação Bandeirante e a adoção do sistema DOI-CODI, houve uma importante intensificação das atividades da guerrilha urbana, notadamente o seqüestro do embaixador norte-americano, em setembro de 1969, do cônsul japonês, em março de 1970, e do embaixador alemão, em junho do mesmo ano. Segundo Tadeu Antonio Dix Silva, o número de organizações de esquerda elevava-se para doze. Apesar dos danos provocados pelos órgãos repressivos, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) implantara um campo de treinamento de guerrilhas no Vale do Ribeira, comandado por Carlos Lamarca. As ações de guerrilha urbana, como expropriações de bancos e estabelecimentos comerciais, aumentara consideravelmente. Crescera, igualmente, o número de agentes repressivos mortos em confronto com os militantes de esquerda, assim como o de civis mortos nas ações, embora permanecesse muito inferior ao dos militantes assassinados pelas forças de segurança. (SILVA, 2007: 221-222).

Os CODIs, instituídos a partir de 1970, possuíam representantes das três Forças Armadas e das Polícias Civil e Militar, e passaram a ser chefiados pelo chefe do Estado-Maior do Exército.¹³ Estavam incumbidos de planejar, coordenar e assessorar as medidas de defesa interna, tanto de informações

¹² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16.084, fl. 1.

¹³ Em 1970 foram criados os DOI-CODI do I Exército (Rio de Janeiro), do II Exército (São Paulo), do IV Exército (Recife) e do Comando Militar do Planalto (Brasília); em 1971 os da 5ª Região Militar (Curitiba), da 4ª Divisão de Exército (Belo Horizonte), da 6ª Região Militar (Salvador), da 8ª Região Militar (Belém) e da 10ª Região Militar (Fortaleza); em 1974, o do III Exército (Porto Alegre), substituindo a Divisão Central de Informações. (FICO, 2001: 124).

quanto de segurança. Nessa mesma época foram criados os DOIs, unidades móveis e dinâmicas, controlados operacionalmente pela 2ª Seção do Estado-Maior do Exército¹⁴ e subordinadas aos CODIs. Sua missão constituía em executar operações de repressão política. Os CODIs eram órgãos de planejamento, ao passo que os DOIs eram órgãos de ação. Todas as chefias de seções e subseções, à exceção da administrativa, cabiam a oficiais das Forças Armadas, o que demonstra o caráter militarista do órgão e a importância atribuída, pelos militares, ao controle da oposição. (GASPARI, 2002: 181). O comando do DOI de São Paulo, coube ao então major Carlos Alberto Brillante Ustra, oficial da 2ª Seção do II Exército.

O sistema DOI-CODI foi criado a partir de diretrizes secretas, elaboradas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo então presidente da República, Emilio Garrastazu Médici. (FICO, 2001: 119). Segundo Martha Huggins,

[...] muito embora o DOI/CODI fosse apenas um pequeno subconjunto do aparelho de segurança interna do Brasil, essa organização –devido à sua subordinação direta ao Executivo militar federal– sobrepunha-se aos demais elementos de segurança interna e tinha status mais alto do que eles. (HUGGINS, 1998: 190).

Para combater o “inimigo interno”, o DOI-CODI inspirou-se largamente na teoria francesa sobre a guerra revolucionária. De acordo com João Roberto Martins Filho os franceses teriam sido pioneiros em identificar e refletir sobre um conflito cuja principal característica residia na “indistinção entre política, ideologia e operações militares que ela punha em funcionamento”. (2004). O pensamento militar francês localizava no controle das informações e na unificação dos comandos político e militar as armas centrais para o combate à guerra revolucionária, assentada na ação psicológica e na doutrinação ideológica, de caráter “insidioso” e “subliminar”. (Ibidem, 2009).¹⁵ O general Octávio Costa confirma a importância que adquiriu, entre os círculos das Forças Armadas brasileiras, o pensamento militar francês, desde o início da década de 1960, quando surge, no seio da Escola Superior de Guerra, a preocupação com a

¹⁴ *Apostila Sistema de Segurança Interna*. SISSEGIN, [1974?], Acervo pessoal de Carlos Fico, cap. 2, 29.

¹⁵ Uma das formas nas quais se revestiu a aplicação da doutrina francesa em São Paulo foi a instrução dada a porteiros e zeladores de edifícios no sentido de fazer o cadastro de todos os moradores regulares e de denunciar qualquer atividade ou presença suspeita. (FREIRE et all, 1997: 45).

caracterização do que eles viriam a entender como guerra interna:

Comete-se grande injustiça debitando aos americanos a inspiração do movimento de 64. A guerra que se estudava nas escolas francesas era a guerra insurrecional, a guerra revolucionária. Como nunca deixamos de mandar estudantes à Escola Superior de Guerra de Paris, nossos oficiais voltaram com esse material na mão, toda a racionalização francesa sobre o assunto. Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela que lançou as idéias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro na nossa própria possível guerra. (D'ARAUJO et all., 1994a: 78).

Efetivamente, a definição da guerra revolucionária ou subversiva, recomendada pelo Estado-Maior da Forças Armadas e adotada pelo Exército, assemelhava-se àquela elaborada pelos militares franceses. Em ambos os casos tratava-se de uma guerra interna, mas inserida no contexto de oposição dos dois blocos (o ocidente cristão, liderado pelos EUA e o bloco comunista, liderado pela URSS), o que lhe dava uma dimensão internacional, seja pela ajuda concreta, seja pelo apoio ideológico de outras nações. Essa guerra comportava ações de naturezas bem distintas –políticas, sociais, econômicas, psicológicas, militares– visando à tomada do poder, por parte dos insurgentes, e sua substituição por um outro regime. A estratégia empregada pelos guerrilheiros visava explorar as tensões internas do país, e seu objetivo maior residia no controle da população. (TRINQUIER, Roger, 1961: 15-16).¹⁶ O comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, tenente-coronel Waldyr Coelho, em palestra proferida aos alunos do I Curso Superior de Polícia, em 1970, citou explicitamente os franceses: “A GR [guerra revolucionária] é um tipo diferente das demais guerras, porque nela não há luta aberta entre exércitos. Na definição feliz dos franceses, ‘a GR é uma luta abstrata contra um inimigo invisível’”.¹⁷

Os esforços da repressão política orientavam-se, portanto, pela busca obsessiva por informações sobre o adversário, em seus mínimos detalhes, pelo combate incessante às organizações de esquerda e pelo dever de pressentir e localizar as manifestações da guerra revolucionária, o que, na realidade, significava ampliar tanto quanto fosse possível o leque das suspeitas. Identificar a “subversão” em seu “nascido” significava rastrear todas as suas manifestações, convertendo em suspeita qualquer expressão de idéias ou

¹⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15.602, fl.1.

¹⁷ Ibidem, 50-Z-9, 84, 15.602, fl. 14.

práticas de esquerda. Os interrogatórios preliminares assumiram, assim, um lugar de destacada importância no cenário de combate ao “inimigo interno”.

A leitura de milhares de interrogatórios¹⁸ conduz a concluir que as informações contidas nos depoimentos dos presos políticos possuíam ao menos três funções distintas. A primeira e mais urgente consistia em localizar o inimigo: angariar dados para novas perseguições e capturas, além de identificar os alvos. A segunda estava relacionada ao conhecimento do inimigo, com o propósito de antever seus passos e impedir seus movimentos. A terceira dizia respeito à punição legal, sendo importante identificar o grau de envolvimento do depoente com atividades de cunho político, e medir intencionalidades, com vistas à fase judiciária da repressão política, a fim de orientar a decisão dos juízes no processo movido pela Justiça Militar.¹⁹

Localizar o inimigo: pontos, aparelhos e nomes

Nas sessões de interrogatório, os pontos de encontros de militantes e a localização de aparelhos –locais onde se guardavam materiais e documentação da organização, onde se fazia o planejamento das próximas ações a serem executadas, realizavam-se reuniões e hospedavam-se militantes– estavam entre as informações a serem obtidas com maior urgência. Era por seu intermédio que se chegava muito rapidamente a outros militantes, mantendo uma cadeia de “quedas” (prisões) e de apreensão de material de todo o tipo: propaganda, armas, munições, dinheiro, documentos internos das organizações.

Obter a data e o horário dos próximos pontos, assim como a localização dos aparelhos, era crucial e premente. Havendo demora por parte dos agentes de repressão, os militantes, ao detectarem a prisão de um companheiro, deixavam de comparecer aos pontos e, algumas vezes, transferiam o local dos aparelhos. Segundo o ex-chefe do CODI do Rio de Janeiro Adyr Fiúza de Castro, “o ‘ponto’ é o que faz cair em cadeia”. (D’ARAUJO et all., 1994b: 67). Estabelecia-se, desde o início, um jogo de forças no qual o depoente às vezes

¹⁸ Ao todo, foram analisadas 5.427 sessões de interrogatório, ocorridas entre 1969 e 1975.

¹⁹ Não foram localizados documentos orientando a condução dos interrogatórios. Havia, em alguns casos, informações solicitando que certos temas fossem abordados, mas sem mencionar métodos e propósitos. Há uma apostila sobre interrogatórios traduzida e adaptada do original norte-americano pelo Centro de Informações do Exército (CIE). O documento, entretanto, data de 1971, quando as práticas empíricas da Oban e do DOI-CODI já estavam em curso há pelo menos dois anos.

conseguia manter secreta a informação cobijada.

Caso o ponto fosse revelado a tempo, a sessão era interrompida para que o interrogado fosse ao encontro, acompanhado da Turma de Busca, responsável pela captura de suspeitos. Muitos militantes foram detidos desse modo, por desconhecerem a prisão de seus companheiros ou por insistirem em cobrir um ponto a despeito da ausência, nos pontos anteriores, daquele que iriam encontrar. Esse “descuido” justificava-se por diversas razões. Nas condições de cerco e de precariedade material em que as organizações se encontravam, desmontar um aparelho e encontrar um novo esconderijo era algo trabalhoso e difícil. Ademais, havia um sentimento profundo de irmandade entre os membros das organizações, um caráter de família. Guiomar Lopes, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), comenta o fenômeno: “Essa coisa de agrupamento era muito forte, tinha uma companheira que dizia isso: parecia uma *família árabe*, porque um ia tentar salvar o outro e era preso, formando uma corrente...”. (Apud RIDENTI, 1993: 265). Por fim, havia o medo, por parte dos militantes, de perder contato com a organização e ficar ainda mais isolado.

À medida que prendiam os militantes, os agentes do DOI,²⁰ de posse das informações conseguidas, iam mapeando a área de atuação de cada organização. Os militantes costumavam circular dentro de determinadas zonas da cidade de São Paulo, o que facilitava sua localização. Um dirigente da Resistência Democrática (REDE) explicou aos interrogadores como fazia para encontrar companheiros de sua organização e da ALN, quando o contato era interrompido.

[...] quando GILBERTO FARIA LIMA (“GIBA” ou “CARLOS”) saiu da área de treinamento, procurou-o na Av Indianópolis, onde o depoente tinha “ponto” com DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (“HENRIQUE”). Que “GIBA” ou “CARLOS” sabia que o depoente costumava marcar ‘pontos’ naquele local, e então, na tentativa, conseguiu encontra-lo. [...]

O depoente lembra-se ainda que, antes da ação havia se encontrado com “TOLEDO” umas 3 ou 4 vezes na Vila Mariana [...]. Que êsses “pontos” foram realizados na sua totalidade na Vila Mariana, só variando as ruas (locais de pontos). [...] Perguntado como conseguiria contactar com alguém da organização em São Paulo, respondeu que o tentaria andando pelos bairros de Vila Mariana e Indianópolis.²¹

²⁰ O DOI correspondia à Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, ambas as instâncias responsáveis pela captura e interrogatório de suspeitos. Como o DOI-CODI de São Paulo substituiu a Oban, dando continuidade à sua missão, referir-me-ei a um órgão ou outro indistintamente, em função do período de atuação 1969 (Oban), a partir de 1970 (DOI).

²¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 95, 18.071-18.070.

O fato de os militantes circularem dentro de uma área restrita da cidade expunha-os sobremaneira, pois, nesses casos, os bairros em questão poderiam ser vigiados por agentes do DOI mesmo que estes não dispusessem de informações precisas sobre datas e horários dos encontros. Tal procedimento é descrito pelo ex-comandante do DOI, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, numa operação destinada a capturar integrantes da ALN:

Na reunião da Comunidade de Informações [...] eu solicitara ao chefe da 2ª Seção da Polícia Militar que colocasse barreiras para controle de trânsito nos prováveis locais onde os terroristas mais transitavam. Conforme combinado, após um estudo da Seção de Análise do DOI, escolhemos alguns locais críticos e indicamos zonas de maior atuação terrorista para que a Polícia Militar montasse as barreiras. (USTRA, 2006: 382).²²

A localização de aparelhos era, do mesmo modo, um tema insistentemente presente nos interrogatórios. Estava em jogo não apenas a possibilidade de prender outros militantes que ali residissem ou estivessem se reunindo, como de recolher vasto material de propaganda, armamentos, dinheiro e documentos da organização à qual o aparelho pertencia. Uma vez identificado um desses imóveis, os agentes do DOI faziam campana em suas proximidades, observando a movimentação em torno do local. Capturavam os indivíduos que pudessem estar ligados à organização investigada e os levavam para a rua Tutóia, onde ficava a sede da Oban e depois do DOI de São Paulo, para serem interrogados. Assim, uma vez obtidas informações sobre o aparelho de um militante procurado, o interrogatório era suspenso para que se fizessem as buscas no local, interrupção assinalada pelos inquiridores na própria transcrição do interrogatório: “OBS: O depoente foi conduzido pelas Equipes de Busca ‘A-3’ e ‘A-4’, a fim de localizar a casa de onde YOSHITANE fôra visto saindo. Se reconhecida a casa, o depoente deverá retornar à OB e montar-se-a uma campana”.²³

O “estouro” (desmonte) de um aparelho podia significar perdas consideráveis de material, de militantes presos, de informações sigilosas. Em relatório datado de setembro de 1969, o II Exército vangloriava-se por ter a

²² Segundo o general Leônidas Pires Gonçalves, ex-chefe do CODI do Rio de Janeiro, a partir dessas informações, compunha-se um “bolotário”: “havia um mapa de homens com suas atividades, marcadas por aquelas bolotinhas, e, quando olhávamos, estávamos diante de uma cadeia nuclear. Porque fulano de tal se liga com fulano que se liga com... Então fazíamos uma análise completa, direitinho e tal”. (Apud D’ARAUJO et al., 1994b: 242).

²³ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 80, 14.658.

Operação Bandeirante desarticulado, ao menos por certo tempo, a Ala Vermelha do PC do B:

A prisão de onze elementos da Ala Vermelha do PCdoB –a maioria dos quais dos mais atuantes e de grande expressão no Partido– aliada à tomada de dois “Aparelhos” com volumoso material de grande valia para a organização, permite afirmar que a Ala Vermelha sofreu um duro golpe e que não tem condições –pelo menos no momento– de “atuar” com eficiência no campo subversivo-terrorista. Por outro lado, as referidas prisões permitiram esclarecer um bom número de assaltos a Bancos, a organizações comerciais e outros atos de terrorismo, recuperar algum dinheiro, armamento e outros materiais roubados, apreender armamento e munição e a impedir a realização de alguns assaltos e outras “ações” que já estavam planejadas e até programadas para a semana em curso.²⁴

Inúmeros são os depoimentos que contêm uma série de nomes, codinomes e atividades desenvolvidas pelos indivíduos citados. Nesse quesito, distinguem-se nos interrogatórios três estratégias. A primeira consistia em ampliar ao máximo a margem da suspeita, para que se evitasse deixar de fora qualquer indivíduo que pudesse estar politicamente comprometido com as idéias de esquerda. A segunda dizia respeito à obtenção de mais informações sobre os indivíduos citados e situá-los do ponto de vista de sua participação. Procurava-se conhecer o nome verdadeiro daqueles cujos codinomes foram levantados nos interrogatórios. A seguir, definir o grau de participação e a função exercida pelo indivíduo nas organizações –se era um apoio ou militante, em que setor da organização militava, quais atividades desenvolvia, etc. A terceira situava-se na identificação dos dirigentes de cada organização, seu nível de importância, seus hábitos e locais de circulação.

Nos Relatórios Especiais de Informação, documento periodicamente elaborado pelo II Exército para realizar um balanço do combate às organizações de esquerda, fazia-se o resumo do número de indivíduos “identificados”, “não identificados, porém com codinomes levantados”, “presos” e “foragidos” de cada organização.²⁵ Uma vez que estivesse devidamente identificado e situado, o indivíduo era objeto de um Pedido de Busca, enviado para os diversos órgãos repressivos da área em questão, nos seguintes termos:

1. ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUKA é o coordenador do “Setor de Massas” da ALN, nas cidades de CAMPINAS e RIO CLARO.
2. ALCIDES está cursando o 4º ano da Faculdade de Engenharia de Campinas. Além da ocupação escolar, dá aulas particulares de Matemática.

²⁴ Ibidem, 50-Z-9, 58, 9.786.

²⁵ Ibidem, 50-Z-9, 58, 9.782.

3. Anexo, foto de ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUKA.

4. Solicita-se investigações, visando localizar, prender e encaminhar ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUKA à CE [Coordenação de Execução]/Op Band.²⁶

Tomou-se, igualmente, desde o início da Operação Bandeirante, a iniciativa de espalhar cartazes com as fotos dos militantes mais procurados. Em outro relatório, consta que os cartazes começaram a ser afixados a partir de agosto de 1969, numa primeira leva de mil coleções, com a intenção de expandir em pouco tempo essa tiragem: “A OB espera imprimir mais 100.000 cartazes (20.000 coleções) de modo a dar ampla difusão às fotos dos terroristas, objetivando facilitar a captura dos mesmos”.²⁷ Em consonância com a idéia de que o auxílio da população era indispensável ao combate da guerra revolucionária, pretendia-se conquistar não apenas sua simpatia, mas sua participação concreta no combate ao “inimigo interno”:

A afixação de cartazes com fotos de terroristas procurados está despertando a população de São Paulo para o grave problema da subversão e do terrorismo. Tudo indica que tal providência motivará a população para oferecer denúncias que contribuirão para a prisão de subversivos e dos terroristas.²⁸

Outro recurso comumente utilizado era o dos álbuns fotográficos,²⁹ montados para que fosse efetuado o reconhecimento de membros das organizações da esquerda ou lideranças do movimento estudantil. As fotos permitiam a identificação de indivíduos dos quais os interrogadores possuíam apenas algumas descrições físicas, não só pelos próprios militantes, como por testemunhas e vítimas de ações armadas. Conforme o tempo foi passando, esses álbuns especializaram-se em alguns temas, tais como: o dos estudantes presentes no Congresso da UNE em Ibiúna,³⁰ o dos foragidos, os específicos

²⁶ Ibidem, 50-Z-9, 71, 12.741.

²⁷ Ibidem, 50-Z-9, 54, 9.278.

²⁸ Ibidem, 50-Z-9, 54, 9.276.

²⁹ Infelizmente não foi encontrado, na documentação pesquisada, nenhum desses álbuns. Presume-se que tenham sido elaborados com fotos tiradas nos órgãos de repressão, no momento da detenção de suspeitos de atividade política, com material fotográfico apreendido nos aparelhos e junto aos militantes e, ainda, com retratos-falados compostos a partir de informações fornecidas nos interrogatórios. A confecção e atualização de álbuns de fotos cabia à Subseção de Análise de Informações. *Apostila Sistema de Segurança Interna*. SISSEGIN, [1974?], Acervo pessoal de Carlos Fico, cap. 2, 32.

³⁰ Realizado clandestinamente em 12 de outubro de 1968, num sítio em Ibiúna, no interior de São Paulo, o XXX Congresso da UNE foi invadido por tropas militares. Entre as 972 pessoas presas, foram cuidadosamente selecionados, identificados e fichados os líderes das entidades estudantis. O material resultante dessa operação seria fartamente utilizado pelos órgãos repressivos em sua ação contra as organizações de esquerda e o movimento estudantil. (MIR,

para cada organização de esquerda, o dos banidos, o dos exilados, o dos procurados.³¹

Muitas sessões de interrogatório foram dedicadas, parcial ou totalmente, a extrair elementos que permitissem a prisão de dirigentes das organizações de esquerda. Antes de tudo, era necessário identificar quais eram os mais destacados de cada organização e a ordem de importância de cada um deles. Para os agentes do DOI importava conhecer as figuras mais proeminentes e tirá-las de circulação. Vários dirigentes foram assassinados, ou sob tortura ou em tiroteio, o que faz supor a decisão de executar pessoas-chave nas organizações. (CEMDP, 2007). Com efeito, uma das preocupações dos agentes do DOI residia na possibilidade do surgimento de um líder carismático de oposição que pudesse reunir as organizações atomizadas em torno de um único projeto. Em seu relatório sobre a guerra revolucionária, o comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho, explicava o papel do grupo de vanguarda na condução da revolução, sublinhando que “Não pode haver GR sem a existência de um líder nacional”.³² Ao fazer um balanço da “subversão” em São Paulo, constatava o “personalismo dos Chefes das organizações subversivo-terroristas” e a “inexistência de um líder autêntico de âmbito nacional”.³³

O general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército e do CODI de São Paulo, a partir de 1976, concedeu uma entrevista à revista *Veja* na qual explica qual era a estratégia para chegar aos “cabeças”, no período de combate às organizações de esquerda.³⁴

Naquela época [de seu antecessor, o general Ednardo D’Ávila Mello], a forma de combater o terrorismo tinha que ser um pouco mais dura, mais violenta do que combater apenas confabulações. E foi essa a orientação que imprimi no meu comando. Terrorismo se combate a bala. Então, se o inimigo está armado, eu estou armado; se o inimigo reage a bala, eu tenho que atirar nele. E aí é combate. [...] No comando dele ainda se estava tratando o problema da subversão com dureza idêntica à que havia na época dura do terrorismo. Então prendia-se muita gente para se conduzir através do depoimento dessas pessoas

1994: 335).

³¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 147, 30.746-30.745.

³² *Ibidem*, 50-Z-9, 84, 15.602, fl. 5.

³³ *Ibidem*, 50-Z-9, 84, 15.602, fl. 36.

³⁴ A partir de 1974, quando as organizações de esquerda estavam praticamente aniquiladas, o sistema de informações e segurança voltou-se preferencialmente para o combate dos partidos comunistas. A esse respeito, ver Aquidocese de São Paulo (1986); CEMDP (2007) e Joffily (2008a).

aos cabeças, aqueles que são os verdadeiros subversivos, que quase sempre não são encontrados. (VEJA, 1979:3)

O trecho citado demonstra que o foco estava dirigido aos dirigentes dos grupos de esquerda, considerados os mais perigosos e difíceis de alcançar. Também indica a política de eliminar “à bala” tais “terroristas”, visto que estariam armados e poderiam representar um risco para os agentes repressivos.

Na realidade, o fato de as lideranças serem objeto constante de inquirição demonstra a intenção de cortar o mal pela raiz, antes que pudessem oferecer um perigo maior. Os dirigentes constituíam um alvo preferencial não apenas pelo papel que desempenhavam nas organizações, como também pelo potencial que cada um tinha de vir a se tornar um aglutinador das forças da esquerda.

Conhecer o inimigo: estrutura e funcionamento da organização

Embora ações de grande impacto, como seqüestro de diplomatas, assaltos a bancos ou execução de agentes ligados à repressão surtisse efeito no sentido de oferecer visibilidade à guerrilha urbana, tendiam a isolar cada vez mais os grupos de esquerda, deixando-as vulneráveis ao avanço das forças repressivas. Como bem descreveu o ex-militante do MR-8 César Benjamin, refletindo contemporaneamente sobre a atuação da esquerda no período:

É típico da guerrilha urbana ter sucessos iniciais, ela é eficaz taticamente. Com ela, um grupo muito pequeno pode, em determinado momento, passar para o centro da conjuntura nacional. Mas ela é ineficaz estrategicamente, porque, ao mesmo tempo em que se ocupa através dela o centro da luta política – isso dá uma ilusão de poder –, radicaliza-se o processo político muito rapidamente, sem que a guerrilha implique o avanço da luta de massas. [...] A luta fica reduzida a um enfrentamento entre grupos e Estado. (Apud RIDENTI, 1993: 53).

Os panfletos deixados nos locais das ações, visando esclarecer a população sobre o caráter político de que se revestiam e divulgando a existência das organizações, não escapavam aos olhos atentos do aparelho repressivo. A dificuldade das organizações de esquerda em conciliar as árduas necessidades de sigilo, implicadas na clandestinidade a que foram forçadas, com a importância que atribuíam à informação da população a respeito do que estavam fazendo, criava um impasse bem aproveitado pelos órgãos repressivos.

Entretanto, ainda que os manifestos das organizações constituíssem uma fonte valiosa de informações, era nos interrogatórios que os dados eram

esmiuçados, confirmados e atualizados. Conforme surgiam novas organizações, os interrogadores inquiriam sobre a origem das siglas, inteirando-se sobre as especificidades de cada uma delas. Por exemplo, sobre o emprego da denominação Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), uma vez que esse grupo havia sido desmantelado há poucos meses, registraram a seguinte resposta: “Esclarece, outrossim que após as quedas do MR-8 (meados de 69), o nome e a herança político-ideológica do MR-8, foram empolgadas [sic] por uma organização esquerdista adepta da luta armada, originariamente denominada Dissidência-Comunista”.³⁵ De outro militante, obtiveram a explicação do significado da sigla “PORT”, bem como do objetivo último da organização:

[...] esclarecendo que a sigla POR significa Partido Operário Revolucionário e é acompanhado da palavra trotskista entre parênteses, mas pelo uso costuma-se acrescentar apenas o T resultando a sigla PORT significando Partido Operário Revolucionário Trotskista; que a escolha da sigla obedece orientação local, pois como se sabe a organização é Internacional, embora funcionem autonomamente[;] seguem todavia programas internacionais visando a organização socialista de toda a humanidade.³⁶

Duas grandes preocupações dos interrogadores, que aparecem como temas recorrentes nos depoimentos, são o estoque de armas e munições e a proveniência e distribuição dos fundos. Uma vez que o combate às organizações de esquerda era considerado guerra interna, o conhecimento do potencial de fogo do inimigo era crucial. O tema adquiria uma importância adicional, igualmente, pelo fato de uma das fontes de obtenção de armas pelas organizações guerrilheiras ser o Exército. Quando ocorreu o episódio da deserção do capitão Carlos Lamarca e seus companheiros, acompanhado do roubo de armamento pesado do quartel de Quitaúna, em 1969, os militares sentiram-se profundamente afrontados, visto que as armas que serviriam à guerrilha urbana, assim como os militares envolvidos, saíram de suas próprias fileiras. Não por acaso os militares haviam criado uma série de mecanismos de controle no sentido de assegurar o respeito à hierarquia e a predominância da visão do regime militar entre os oficiais mais graduados. Os expurgos que se

³⁵ A denominação Movimento Revolucionário 8 de Outubro –que homenageia Che Guevara, evocando a data de seu assassinato na Bolívia em 8 de outubro de 1967– foi retomada pela Dissidência da Guanabara do PCB, durante o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em setembro de 1969, para desmoralizar os órgãos repressivos que comunicaram ter desarticulado a organização original em Niterói. (MIRANDA, 1999: 393).

Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 67, 11.742.

³⁶ *Ibidem*, 50-Z-9, 110, 21.183.

seguiram ao golpe de 1964 visavam justamente garantir o comando e o alinhamento das Forças Armadas com o governo que se instituía, eliminando militares democratas e nacionalistas que poderiam opor-se a seu projeto político. (ALVES, 2005: 77-78) A questão se revestia, portanto, de uma dupla natureza, ao mesmo tempo estratégica, para evitar a infiltração entre seus efetivos, e simbólica, não permitindo que a instituição fosse maculada.

No tocante à questão financeira, importava saber quais as fontes de renda da organização –ações de “expropriação”, contribuição de militantes e simpatizantes, venda de jornais–, quem era a pessoa responsável por sua distribuição pelos diversos setores e qual era o modo de subsistência dos militantes. Em sua grande maioria clandestinos, os militantes não possuíam em geral outro provento que não fossem os frutos dos assaltos a banco, caixas de supermercado e carros fortes. Desse modo, tornava-se essencial saber como se desenrolavam as ações de coleta de fundos para melhor evitá-las, como se observa neste Relatório da Operação Bandeirante, datado de agosto de 1969:

Continuam os assaltos a Bancos, praticados agora por grupos de maior efetivo do que os empregados em assaltos anteriores. Por outro lado, tais assaltos estão se mostrando cada vez mais audaciosos, tornando-se quase praxe a interdição das adjacências dos Bancos, com o desvio do trânsito.³⁷

Mas também acompanhar as tendências e modificações nesse campo, como demonstra a resposta de um militante da VPR, em maio de 1970:

[...] que os atuais remanescentes das Organizações Terroristas não estão se preocupando em assaltar Bancos tendo em vista o policiamento ostensivo e também por ter os Bancos pouco dinheiro em caixa; que os levantamentos para assaltos estão voltados para carros fortes que transportam dinheiro de Super-Mercado e de bancos [...].³⁸

A leitura dos interrogatórios no tempo demonstra como a repressão, na medida em que se inteirava do *modus operandi* das organizações, foi adequando seus métodos e como sua atuação foi cerceando as possibilidades da oposição.

Outro foco de atenção consistia no organograma das organizações de esquerda. Embora a grande maioria delas tivesse sua origem no PCB, sua estrutura interna, quantidade de militantes, esquemas de apoio e áreas de inserção podiam variar consideravelmente de uma para a outra. Dentro dessa

³⁷ Ibidem, 50-Z-9, 120, 23.229.

³⁸ Ibidem, 50-Z-9, 149, 31.154.

“constelação” de grupos, os agentes do DOI procuravam compreender o funcionamento e a lógica de cada uma, atentando para os organogramas, os cargos ocupados e as funções exercidas pelos militantes e dirigentes mais destacados, os meios de comunicação da organização –jornais, panfletos, documentos internos– e os alvos escolhidos para as ações. Além de exigir que os depoentes compusessem o organograma da organização na qual militavam, os interrogadores formulavam questões mais específicas sobre cada setor e as conexões entre seus diversos componentes. Buscavam, ainda, atualizar-se diante das vertiginosas modificações às quais eram submetidas as estruturas dos grupos, devido à queda de seus dirigentes e militantes, compreendendo não apenas as possíveis mudanças de estrutura, como, sobretudo, os nomes dos indivíduos que passavam a ocupar cada setor.

O “delito de opinião”: grau de implicação política e nível de convicção ideológica

Entre os objetos dos interrogatórios de presos políticos, têm proeminência aqueles que intentavam circunscrever grau de implicação dos interrogados na luta “subversiva” e seu nível de convicção ideológica. Nessa esfera destaca-se a questão da ideologia política, que separava em campos antagônicos os agentes da repressão e os presos políticos.

O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, um dos expoentes da “linha dura”, expressa com clareza o estatuto conferido pelos membros do sistema de informações e segurança aos militantes de esquerda: “Eram criminosos! Estavam preparando a destruição da sociedade brasileira!” (D’ARAUJO et all., 1994b: 185) O “subversivo” –considerado perigoso por seu projeto de modificação da ordem constituída– e o “terrorista” –aquele que, para alcançar seus objetivos, realizava ações violentas– situavam-se, para os órgãos repressivos, no cruzamento entre o criminoso e o inimigo. Esse cruzamento caracterizou-se pela reunião, no DOI, de policiais e militares para combatê-los. É difícil avaliar até que ponto os agentes do DOI assimilavam ações como assaltos a bancos, seqüestros de diplomatas e assassinatos de indivíduos envolvidos na repressão a crimes de natureza política ou a crimes comuns. O vocabulário da polícia, de conotação moral, normalmente utilizado em relação a criminosos comuns –tais como “homiziar”, “amásio(a)”, “aliciar”–, compõe uma

visão dos militantes de esquerda que os situa dentro da esfera do delinqüente, o que não significa que uns e outros estivessem amalgamados.

Referindo-se ao envolvimento de integrantes do Esquadrão da Morte³⁹ na repressão política, Luiz Roberto Salinas Fortes, ex-presos político, sentenciava:

Não demoraria para que as sutilezas baseadas nestas vagas categorias da ideologia jurídica sofressem definitivo abalo por parte da realidade da repressão que acabaria, na sua voracidade, por misturar os gêneros, por enfiar em um mesmo saco os desviantes de todos os calibres, os transviados de todo tipo, pondo no encaixe dos políticos aqueles mesmos que haviam se adestrado e especializado na fabricação dos pobres presuntos perfurados. (FORTES, 1998: 27).⁴⁰

Por outro lado, nessa observação, inserida no depoimento de um militante da Ala Vermelha do PC do B, destaca-se nitidamente o componente político de seus antecedentes criminais:

OBSERVAÇÃO: [...] No interrogatório ficou constatado ter sido o declarante aliciado para militar (fazendo panfletagens e participando de reuniões de caráter político em via pública) na ALA VERMELHA do P. C. do B. O declarante tem ainda antecedentes político-criminais (participação em passeata).⁴¹

De fato, o Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, estabelecia como crime, no artigo nº 45, a propaganda “subversiva”, consubstanciada na realização de “comício, reunião pública, desfile ou passeata”. O enfrentamento ao crime político, entretanto, adquiriu prioridade absoluta sobre o crime comum, ainda que os métodos fossem semelhantes, como afirma Salinas:

A luta política se radicalizara. Era natural que o poder lançasse mão de todos os recursos disponíveis. A guerra à subversão, além de continuação da política por outros meios, teria que ser também a continuação, pelos mesmos e tradicionais meios, da repressão clássica a todas as formas de dissidência. (FORTES, 1998: 28).

Uma hipótese plausível para explicar a percepção de maior periculosidade junto ao militante político do que ao criminoso comum vem da conclusão da pesquisa de Michel Foucault a respeito do nascimento da prisão como mecanismo de controle social:

O atestado de que a prisão fracassa em reduzir os crimes deve talvez

³⁹ Os esquadrões da morte constituíam grupos paramilitares que efetuavam execuções sumárias de criminosos comuns. Os primeiros esquadrões da morte ligados à política foram instituídos no Rio de Janeiro, no final da década de 1950. (HUGGINS, 1998: 145). Um dos esquadrões mais célebres foi aquele comandado pelo delegado do DOPS Sérgio Paranhos Fleury, em São Paulo.

⁴⁰ Vale lembrar que os presos políticos e criminosos comuns compartilharam valas clandestinas do Cemitério Dom Bosco, em Perus, onde eram enterrados como indigentes. (BARCELLOS, 2001: 213-226).

⁴¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 134, 28.069-28.068.

ser substituído pela hipótese de que a prisão conseguiu muito bem produzir a delinquência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa –talvez até utilizável– de ilegalidade; produzir os delinquentes, meio aparentemente marginalizado mas centralmente controlado; produzir o delinquentes como sujeito patologizado. (FOUCAULT, 1991: 244).

As inúmeras e ameaçadoras modalidades de ilegalidades, com toda a dimensão política que podem assumir, nos contextos em que representam uma afronta não apenas às leis estabelecidas, mas à elite que as formulou, foram circunscritas à figura do delinquentes, neutralizando seu potencial perigo mediante o estabelecimento de uma ilegalidade visível, e controlável. Enquanto o crime comum encontra-se demarcado pelo campo restrito da delinquência, o crime político, pelo seu caráter explicitamente contestatório da dominação vigente, parece conter todos os riscos que os aparelhos coercitivos do Estado, notadamente a polícia, lograram deter nos delitos comuns. Não se trata de uma apropriação localizada de um bem alheio, mas de uma intenção claramente expressa de subverter o sistema de poder estabelecido.

Além disso, para as forças de segurança, tratava-se de um infrator mais sofisticado, oriundo não das classes populares, mas das próprias classes médias e altas. Nas palavras do general Octávio Costa:

De repente, começou a haver uma ação intelectualizada, delitos planejados e executados pela melhor inteligência brasileira: estudantes, jornalistas, intelectuais. Algumas pessoas que fizeram assaltos ou seqüestros estão hoje por aí, são grandes figuras da República, ministros, deputados, senadores, homens-chave na administração pública. [...] É indiscutível que os organismos policiais se mostraram incapazes de enfrentar os novos desafios criminais. (D'ARAUJO et al., 1994b: 277).

Não obstante as diferenças entre criminosos comuns e “subversivos”, a luta contra “os novos desafios criminais” utilizou mecanismos que remetem aos descritos por Michel Foucault no processo de substituição do “infrator” por “delinquentes”: localizar os indivíduos, infiltrar-se nos grupos, estimular a delação, isolar os grupos da sociedade, reduzindo-os a uma condição precária de existência e forçando-os a lançarem-se numa esfera de atuação localizada, destituída de apoio popular, estigmatizada e despolitizada. (FOUCAULT, 1991: 244-245). Esse processo é descrito pelo ex-militante político César Benjamin:

Com a derrota dos movimentos sociais de 1968, e a repressão que se segue, fomos expelidos do tecido social brasileiro. [...] Fomos levados a radicalizar o processo político no momento em que o adversário era muito mais forte e, pior, o fizemos à revelia da ação popular organizada. [...] a partir de certo ponto, não podíamos recuar, ou, pelo menos, era muito mais difícil do que se pensa, pois as pontes para a

sociedade estavam cortadas e a situação política precocemente radicalizada. (Apud RIDENTI, 1993: 250-251).

Ao mesmo tempo, os setores das Forças Armadas e da polícia envolvidos na repressão política dos anos 1960 e 1970 construía o estigma do “subversivo terrorista”, distinguindo o universo dos indivíduos envolvidos na militância de esquerda em duas categorias: o “fanático” e o “inocente útil”. O esquema a partir do qual se organizava a percepção dos agentes repressivos identificava os últimos como “jovens que foram iludidos, fanatizados e usados por experientes militantes comunistas”, nas palavras do ex-comandante do DOI paulista. (USTRA, 2006: 320) Para ele, “A lavagem cerebral e o comprometimento com as organizações subversivas os tornavam [os jovens] reféns do terror e verdadeiros autômatos”. (Ibidem).

Adyr Fiúza de Castro, ex-comandante do CODI do Rio de Janeiro, descreve esses jovens como “pequeno-burgueses, filhos de papai rico, que, quando saem da prisão, os pais procuram tirá-los da organização, e eles deixam”. (D’ARAUJO et all., 1994b: 65). Por outro lado, os mais “frios” eram “muito estruturados, muito rancorosos, e só pensavam na volta, no troco. Quando liberados, retornavam ao seu grupo terrorista”. (Ibidem, 66) Em informação divulgada pelo DOI-CODI de São Paulo a respeito do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), em 1977, quando já fazia anos que as organizações da esquerda armada haviam sido dizimadas, os termos empregados para descrever um de seus militantes foram “autêntico comunista” e “agitador sindical”, que havia se entregado “de corpo e alma ao serviço impatriótico da subversão e da desordem”. Outro militante, da mesma organização, foi descrito como “perigoso aliciador para os caminhos da desagregação e da subversão”.⁴²

Associada à adjetivação de “iludidos” ou “fanáticos” apresentava-se constantemente a idéia de desestruturação familiar. Talvez fosse uma explicação plausível, para os agentes repressivos, para contemplar o envolvimento de filhos da “boa sociedade” com preocupações sociais, políticas e econômicas que não lhes diziam diretamente respeito, especialmente num período de elevação dos índices de crescimento econômico, que beneficiava diretamente esses setores sociais. (ALVES, 2005: 182).

Segundo Cecília Coimbra, “Era pensamento corrente na época, dentro dos

⁴² Ibidem, 50-Z-9, 211, 42.067-42.066.

organismos de repressão, que existiam duas categorias de presos políticos: os recuperáveis e os irrecuperáveis”. (1997: 431). A preocupação em classificar os indivíduos nesses dois grupos parece fazer parte de uma estratégia de circunscrever os “irrecuperáveis”, isolando-os da sociedade para evitar a propagação das idéias “subversivas”. Mas também obedece a uma lógica de desqualificação do inimigo, patente na fala do ex-chefe do CODI do Rio de Janeiro, Leônidas Pires Gonçalves:

Agora, sem nenhum deboche, sem nenhum espírito de crítica negativa com propósitos outros, a quantidade de pessoas com problemas pessoais no meio da subversão é impressionante. Impressionante. A maioria tinha problemas psicológicos. É incrível! A mãe abandonou o pai ou fez coisa pior, traído por uma mulher, impotente... Sabe que eu fiquei impressionado? (D'ARAUJO et al., 1994b: 251).

Grau de implicação política:

Avaliar o quanto o depoente estava implicado com as organizações de esquerda também era uma preocupação dos agentes repressivos e estar em posse dessa informação poderia atender ao menos a dois propósitos: determinar seu potencial em termos de fornecimento de dados e oferecer subsídios para que seu comprometimento fosse julgado nas fases posteriores do inquérito e do julgamento pela Justiça Militar. Exemplo da primeira função, ou seja, apurar a localização do depoente na hierarquia da organização, encontra-se na seguinte nota adicionada ao depoimento de um militante da Ação Popular (AP):

OBSERVAÇÃO DO INTERROGATÓRIO:

Que o depoente demonstrou possuir grande militância na AP, onde ingressou em 1967; que pelo depoimento prestado, deve pertencer aos quadros de Comando ou Direção, da citada organização; que chega-se a esta conclusão pela grande movimentação política que empreendeu por grande parte do território nacional [o depoente cita nomes de militantes nos estados de MG, SP, BA, PE e GB] e estar estreitamente ligado à militância ou militantes com postos de direção.⁴³

Dentro da terminologia da época, havia várias categorias de participação política: dirigente, militante, simpatizante e apoio. Nos dois primeiros casos, a implicação era óbvia. Já nos outros, era preciso verificá-la. A fronteira entre o simpatizante e o “apoio” não é muito clara. O simpatizante poderia vir a militar na organização, apoiava sua linha teórica e efetuava algumas tarefas mais simples. Seria uma espécie de “pré-militante”. O apoio poderia ajudar um militante ou dirigente por compartilhar com os seus ideais, embora tivesse

⁴³ Ibidem, 50-Z-9, 137, 28.723.

receio de envolver-se mais profundamente. Ou simplesmente executar uma ou outra tarefa pelos laços de família ou amizade que o ligavam ao militante em questão. Os interrogadores do DOI sondavam as motivações, esquadrihavam a natureza das relações do depoente com a organização e com os seus militantes, investigavam as intencionalidades de cada ato.

Demarcava-se a esfera de participação dos presos políticos. Ao se tratar de um indivíduo pouco conhecido dos agentes de repressão, principalmente se ele já havia sido detido, era necessário ter uma noção de sua importância e envolvimento político. Era comum, desse modo, que se formulassem questões a um depoente sobre seus companheiros de militância. Ocorria, portanto, de uma sessão de interrogatório ser integralmente dedicada a apurar o grau de participação de outro detido, confirmar a veracidade de suas declarações ou explorar as informações por ele fornecidas. Nas ocorrências em que os interrogados não eram de fato ligados a uma organização, mas haviam sido presos por haver hospedado um militante, havia um esforço em certificar-se se o apoio era político ou pessoal, podendo estender essa investigação a seus familiares e amigos. Assim, uma das sessões de interrogatório de um militante da ALN foi dedicada, em grande parte, ao exame do envolvimento político do colega de faculdade que o havia hospedado:

[...] que suas discussões políticas com “EDE”, eram referentes aos problemas reivindicatórios da Faculdade, afirmando peremptoriamente, que nunca discutiram a respeito de qualquer atividade de grupos revolucionários, e, nunca fez qualquer menção a “EDE”, sobre sua ligação com a ALN; [...] resolveu contar ao EDVALDO CORADETTI, que estava sendo procurado pela repressão, por problemas políticos; que “EDE” nada lhe falou ao saber o que estava lhe ocorrendo, fazendo apenas, um ar de lamento pela sua má sorte sem indagar minúcias a respeito [...].⁴⁴

Quatro dias mais tarde, opera-se um deslocamento e o objeto de investigação passa a ser a irmã de seu colega:

Que confirma as suas declarações anteriores esclarecendo mais o seguinte: que afirma, peremptoriamente, que a advogada TEREZINHA CORADETTI, não possui ideologia política de esquerda e nada sabia a respeito de suas atividades políticas.

Que não acredita que TEREZINHA CORADETTI tenha fugido por estar implicada em movimentos subversivos-terroristas.

ACAREACÃO: Acareado com EDVALDO CORADETTI (“EDE”), sobre as possibilidades de TEREZINHA CORADETTI estar envolvida em movimentos subversivo-terrorista, êstes a inocentaram, afirmando o mesmo, do seu completo desconhecimento das atividades de PAULO

⁴⁴ Ibidem, 50-Z-9, 165, 34.280.

DE TARSO VANNUCHI.⁴⁵

Esses trechos revelam que, para além do “delito” em si, o que estava em jogo era a maneira pela qual havia sido praticado, suas condições atenuantes, no caso de laços pessoais, ou agravantes, no caso de compartilhamento de convicção política. A namorada de um militante da ALN justificava sua atuação da seguinte maneira:

[...] no que se refere às traduções e trabalhos de datilografia para confecções dos panfletos que foram rodados por ALCIDES, a depoente o fez tão somente imbuída pelo sentimento de companheirismo e dever que julga ter em cooperar com seu amásio em tôdas as circunstâncias e condições, e não intencionalmente para prestar relevantes serviços a organização de esquerda, pois que só se preocupava com a construção de seu lar.⁴⁶

Nota-se que os interrogadores não se limitavam a obter informações úteis para orientar as atividades persecutórias do DOI, localizando militantes políticos e seus aparelhos. O órgão cumpria função semelhante à de uma delegacia de polícia, especializada, no entanto, em assuntos políticos. De certo modo, o caráter político do ato podia ser mais grave do que o delito em si, ou, no mínimo, sua despolitização servia como atenuante, como mostra a justificativa de um assaltante de bancos: “Que reafirma não ter agido com qualquer intenção política. Que apenas agiu por causa de suas dificuldades financeiras”.⁴⁷

As idéias políticas dos depoentes funcionavam como um agravante moral, comprovando a existência de intenção no crime cometido. Esse aspecto não deve ser menosprezado, pois demonstra que os agentes do DOI trabalhavam com vistas aos desdobramentos que se seguiriam às primeiras declarações, o que incluía a formação do inquérito policial militar e o processo judicial. Nessa última fase, tais preocupações voltavam a nortear os interrogatórios, coincidindo com o caráter de parte das questões formuladas nos interrogatórios preliminares, mas, desta vez, em juízo, como aponta Marco Aurélio Vannucchi Leme Mattos: “Ao interrogar o acusado, o Conselho de Justiça preocupava-se em saber se houvera dolo no cometimento do crime, o que era aferido através de perguntas que tentavam perscrutar as convicções ideológicas do réu”. (2002: 110).

⁴⁵ Ibidem, 50-Z-9, 165, 34.264.

⁴⁶ Ibidem, 50-Z-9, 165, 34.334.

⁴⁷ Ibidem, 50-Z-9. 74, 13.290.

Nos dois trechos seguintes nota-se que há um cuidado em verificar se havia, por parte dos depoentes, plena consciência a respeito de sua atuação política, dentro de um dispositivo de ratificar sua classificação entre os “subversivos” ou “terroristas”, e não entre os “inocentes úteis” ou “manipulados”: “ACAREADO com JOVELINA TONELLO DO NASCIMENTO (sua espôsa): confirmam suas declarações anteriores e que ambos participaram consciente e voluntariamente da organização denominada VPR”.⁴⁸ Dentro da mesma lógica:

Diante da evidência dos fatos [acareação], a declarante admite que realmente era simpatizante da POLOP, isto na sua época de estudante. [...] Que tinha plena consciência do que estava fazendo; que essa sua permissão caracterizou sua atuação como rede de apoio da POC. Que seu marido a alertou pelo fato de ter permitido fôsse mimeografado tais jornais, o que a levou a encerrar tais atividades.⁴⁹

Habitados à convivência com os militantes de esquerda, os interrogadores permitiam-se, além disso, tirar suas próprias conclusões a respeito da capacitação política de alguns depoentes. Um rapaz, filiado à AP, detido pela Delegacia Seccional de Polícia do ABCD com outros membros da organização e encaminhado ao DOI, declarou:

Que em 1969, primeiro semestre ingressou em uma organização que não sabe bem o nome, mas sabe que trabalhava na distribuição de panfletos entregando-os aos transeuntes a mando do “CHICO”, FRANCISCO DE CARVALHO, não sabendo a que ou a quem estava servindo com esse procedimento; que entrou na organização para aprender a ler e escrever; que não sabe nada a respeito de política.⁵⁰

Diante de seu pouco traquejo em matérias de política, o interrogador acrescentou o seguinte comentário: “Observa-se que o depoente é o tipo estereotipado de quem desconheceu por completo o que seja política, sendo inclusive inacessível a doutrinação, revelando um pleno desconhecimento da menor maquinação que porventura o envolva”. Ou seja, sua ignorância política era tal que não podia nem ser vítima de “maquinações”, nem cabendo ser considerado um “inocente útil”. Apreciação muito diversa foi elaborada a respeito de um intelectual de esquerda, que negava seu envolvimento com a ALN: “OBS: O depoente é um elemento bastante politizado e radicalizado em

⁴⁸ Ibidem, 50-Z-9, 76, 13.658.

⁴⁹ Ibidem, 50-Z-9, 144, 30.017-30.016.

⁵⁰ Ibidem, 50-Z-9, 137, 28.671.

suas posições de esquerda, não admitindo estar ligado à ALN”.⁵¹ Temos, conseqüentemente, ao menos três categorias estabelecidas pelos próprios interrogadores: o indivíduo “ignorante” e despolitizado, incapaz de compreender o significado de uma militância política; o “ingênuo”, manipulado por indivíduos mais graduados na organização; e o politizado e “radical”.

Convicção ideológica:

Nos interrogatórios, o tema da convicção ideológica aparece com freqüência; não ideológica no sentido marxista do termo, ou seja, denotando idéias falsamente tomadas como universais, porém determinadas pela dominação de uma classe sobre outra. Mas no sentido generalizado pela linguagem sociológica e política prática, designando, nas palavras de Mario Stoppino, “um conjunto de crenças políticas: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. (1993: 585). A questão parece estar intimamente ligada a dois fatores. O primeiro diz respeito à possibilidade de recidiva dos “subversivos”. Inquirido a respeito de como agiu depois de sair da prisão, um militante da ALN respondeu:

Que esteve preso durante 11 meses e que atualmente se encontra respondendo um processo na 2ª Auditoria Militar como indiciado; que sua participação no processo da ALN ficou devidamente esclarecida e que motivou o relaxamento de sua prisão preventiva [...] que após ter sido posto em liberdade não teve qualquer contato com pessoas envolvidas em movimento esquerdistas. Que acredita ter aprendido sua lição e não mais se envolveu em qualquer tipo de movimento de natureza política.⁵²

Saber o que os depoentes fariam uma vez em liberdade significava ter instrumentos para manter a vigilância sobre aqueles que pretendiam seguir desenvolvendo suas atividades políticas contestatórias. Estavam em causa tanto a manutenção das idéias de esquerda quanto o projeto de aplicá-las na prática. Um militante do POC, questionado a respeito de ambos, respondeu: “O depoente reafirma suas idéias políticas e se for solto, continuará como simpatizante, não mais como militante, porém acredita e considera o

⁵¹ Ibidem, 50-Z-9, 108, 20.632.

⁵² Ibidem, 50-Z-9, 88, 16.516.

comunismo, como a solução ideal para os problemas brasileiros”.⁵³ Já outra presa política, membro da mesma organização, replicou: “Afirma que, após ser posta em liberdade, voltará à luta, pois, só haverá maiores progressos num Brasil socialista, portanto, não abandonará a causa, como também a luta”.⁵⁴

O segundo fator para explicar a recorrência do tema da convicção ideológica concerne ao papel desempenhado pelo DOI no sentido de não apenas impedir pela força que os militantes traduzissem suas idéias “subversivas” na prática, atuando nas organizações de esquerda, mas que continuassem possuindo-as após sua detenção. De algum modo, testavam, nesse momento, a eficácia do papel “regenerador” do órgão repressivo, ou seja, o efeito produzido pelo castigo infligido aos presos políticos. Assim, a uma militante da AP os agentes repressivos perguntaram se havia se arrependido do que fizera: “Perguntado a interrogada se estava arrependida de ter entrado na subversão, informa que não”.⁵⁵

A mesma questão foi colocada a um militante do PCB, que afirmava não ser “politizado”:

[...] alega que nada mais tem a informar, pois tudo o que sabia já teve oportunidade de esclarecer. Deseja apenas ressaltar que, nunca foi um militante politizado. Tornou-se membro do PCB através de seu processo de envolvimento e comprometimento com militantes desse partido, com os quais manteve sucessivos contatos. Uma vez envolvido, não teve mais condições de recuo, embora fôsse sua intenção afastar-se e desligar-se de qualquer elemento ou organização de esquerda.⁵⁶

É interessante observar que o adjetivo “politizado”, neutro em sua acepção, nesse contexto assume uma conotação de esquerda. Para os interrogadores, a expressão está sempre associada aos militantes que possuem convicção de suas idéias políticas. Portanto, ser “politizado” não significava ser “capaz de compreender a importância do pensamento e da ação política” ou possuir “consciência dos deveres e direitos dos cidadãos”, (HOUAISS: 2001: 2.253) mas ter uma visão de que a sociedade deveria organizar-se de forma distinta daquela professada pelo regime militar.

Em alguns depoimentos percebe-se que parte das indagações voltava-se

⁵³ Ibidem, 50-Z-9, 175, 36.138.

⁵⁴ Ibidem, 50-Z-9, 169, 34.984.

⁵⁵ Ibidem, 50-Z-9, 76, 13.801.

⁵⁶ Ibidem, 50-Z-9, 160, 33.372.

para a possibilidade de mudança da visão do mundo em função da passagem pelo DOI. Expressões tais como “continua sendo”, “reafirma”, “não apagadas”, “não abdicam” refletem a contestação a uma proposição previamente formulada. Nesse sentido, um militante da Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária (OCML-PO) afirmou:

[...] que, apesar de se encontrar um tanto “desmoralizado” pela sua prisão, considerando que sua opinião é nula, pois continua sendo um socialista por convicção. Que, a diferença de classes no Brasil, é algo de incrível e somente o socialismo bem dosado, poderá num futuro breve equilibrar essa diferença existente de uma classe à outra.⁵⁷

Outras vezes, são os próprios interrogadores que concluem, a partir da fala dos depoentes, a impossibilidade de modificar as idéias de alguns deles, como nesse comentário acrescido ao depoimento de um simpatizante da ALN: “OBSERVAÇÃO: Trata-se de elemento culto, consciente de suas idéias, altamente politizado e acredita que ninguém mudará seu apêgo ao Socialismo”.⁵⁸ Ou nesta anotação sobre uma militante da mesma organização: “Obs: A depoente permanece com idéias esquerdistas, tendo o seu pensamento sempre voltado para a economia brasileira. A seu vêr numa análise geral, o desenvolvimento da Nação não está beneficiando o povo em geral”.⁵⁹ Importante notar que tais comentários seriam depois transcritos pelos procuradores nas suas alegações como agravantes e ficariam registradas nos processos da Justiça Militar.

Retomando a problemática anunciada no início desse artigo, a título de conclusão, pode-se afirmar que os interesses dos órgãos repressivos eram diversos e não se limitavam a uma coleta estritamente instrumental de informações. Alguns dos interrogatórios citados apontam para perguntas de ordem ideológica, o que demonstra que os agentes do DOI aventuravam-se pelos meandros da discussão política.

Constata-se que as informações obtidas nos interrogatórios serviam para alcançar desígnios variados. Identificar e localizar outros militantes políticos, com atenção especial para os dirigentes, para prendê-los e interrogá-los a seu turno. Conhecer a estrutura e o funcionamento das organizações,

⁵⁷ Ibidem, 50-Z-9, 188, 38.331.

⁵⁸ Ibidem, 50-Z-9, 122, 23.711.

⁵⁹ Ibidem, 50-Z-9, 152, 31.694.

acompanhando as modificações internas ou provocadas pela própria ação repressiva, para melhor combatê-las. Perscrutar intencionalidades nos delitos cometidos, assim como o grau de convicção ideológica dos interrogados, para orientar a determinação das penas por parte da Justiça Militar. E, por fim, sondar o efeito “pedagógico” da passagem pela tortura, nas salas do DOI e calcular o grau de “periculosidade” ainda restante em indivíduos sobre os quais nem sempre se acumularam provas suficientes para conduzi-los à condenação da justiça.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.

AQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

BARCELLOS, Caco. O *Globo Repórter* sobre a vala de Perus. IN: TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed., Brasília, DF: Edunb, 1993.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (CEMDP). *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUGGINS, Martha. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirante e do DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008a.
- JOFFILY, Mariana. Repressão: pareceria público-privada. In: *História Viva*. São Paulo, 15 dez. 2008, pp. 66-71.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. IN: *The Cultures of Dictatorship: historical reflections on the brazilian golpe of 1964*. Maryland: Universidade de Maryland, 2004.
- _____. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). IN: SANTOS, Cecília MacDowell e TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 179-202.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- STOPPINO, Mario. Verbete Ideologia IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed., Brasília, DF: Edunb, 1993.
- TRINQUIER, Roger. *La guerre moderne*. Paris: La Table Ronde, 1961.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*. Brasília: Ser, 2006.
- _____. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editerra, 1987.
- XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da polícia política. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1993.

Fontes

A guerra revolucionária. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15.602.

A subversão e o terrorismo em São Paulo. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15.602.

A subversão e o terrorismo em São Paulo. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16.084.

Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN, [1974?], Acervo pessoal de Carlos Fico.

Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9.

Colaboração recebida em 26/07/2009 e aprovada em 11/11/2009.